Arquivo Aberto

A Ribeira dos Moinhos no Arquivo Municipal

Parte III

Nos números passados conhecemos a Ribeira dos Moinhos como uma grande fornecedora de trigo para a vila e um dos locais mais povoados do concelho. Neste número vamos conhecer a Ribeira dos Moinhos do ciclo do arroz.

Apesar de o arroz ser conhecido no mundo mediterrânico desde o período medieval, por via dos contactos com o mundo muçulmano, apenas nos finais da Época Moderna o seu cultivo se disseminou, não tendo as tentativas de introdução no século XVI resultado. O arroz, em conjunto com a batata, introduziram-se na segunda metade do século XVIII. Estendeu-se nas planícies aluviais do Vouga, Mondego, Tejo e Sado, mas sofreu grande oposição por parte das comunidades, receosas dos efeitos do arroz na sua saúde.

Em Sines a primeira menção à existência de arroz na documentação municipal data do século XIX. Em 1840 uma postura camarária regrava os períodos de moagem do arroz[1], que alternava então com a moagem dos restantes cereais. Os moleiros e os proprietários de moinhos tinham requerido que lhes fosse permitida a moagem de arroz durante dois dias e dois noites, ao invés de apenas um dia, dado que tinham que *armar os muinhos*. Outra circunstância atrasava a moagem e tornava apenas um dia excessivamente reduzido: era necessário mandar alguém *á villa buscar grão*, o que significa que em 1840 o arroz ainda não era produzido em Sines.

Em 1850 outra notícia sobre a cultura do arroz, quando a Câmara verificou os preços dos bens vendidos ao público desde 1847, para efeitos de lançamento da décima. Entre 1847 e 1848 o arroz em casca vendeu-se a 400 reis, embora a unidade de medida não tenha sido mencionada[2].

As fontes municipais corroboram a informação constante de um relatório realizado em 1860, a nível nacional, sobre a cultura do arroz e a sua possível influência na saúde das populações. Esse relatório, elaborado pelo administrador do concelho de Santiago do Cacém, datou a introdução do arroz em Sines em 1830, mais tarde do que na freguesia de Santo André. Tanto a população de Sines como a Santiago do Cacém

---

[1] Arquivo Municipal de Sines. *Câmara Municipal de Sines*. Vereações, livro 14, fl. 273v-275v, 15 de Novembro de 1840.

[2] Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Vereações, livro 15, fl. 108v-109v, 23 de Outubro de 1850.

representou às Cortes para o cultivo do arroz, sem qualquer oposição. As principais doenças nas duas freguesias eram as febres intermitentes, o que, segundo Francisco Luís Lopes, também era a principal causa de morte em Sines nos finais dos anos 40 do século XIX (Lopes, 1985: 74-84).

Francisco Luís Lopes refere-se ao descasque de arroz em vários locais do concelho, nomeadamente nas ribeiras de Morgavel, da Junqueira e da Ribeira dos Moinhos. As azenhas moíam quase todo o ano (Lopes, 1985: 51).

O paul da Ribeira dos Moinhos era propriedade municipal, e assim era referido nas fontes municipais desde inícios do século XVIII. As courelas do paul eram arrematadas anualmente, e o rendeiro devia trazê-las sempre cultivadas. O objectivo era manter o paul salubre e aproveitar as suas terras, mas nem sempre os rendeiros conseguiam assegurar as culturas, como aconteceu em 1707 a Manuel Nunes, que acabou por desistir da arrematação[3].

No século XIX a Câmara organizou uma comissão dos proprietários de domínio útil no paul, de forma a manter as testadas e os caminhos limpos e regular a entrada do mar na Ribeira. Em 1838 foi convocada a comissão pela primeira vez, para, com a câmara *rezolverão tudo quanto for percizo, confor[fl. 109v] conforme a condição terceira do dito aforamento*[4]. Foram nomeados António Pereira, morador no Outeiro da Ribeira dos Moinhos; Sebastião Inácio, Ribeira dos Moinhos; António José morador na Cerca da Ribeira; José Albino Ferreira da vila. Estas reuniões mantiveram-se até à primeira metade do século XX, quando, na década de trinta, a Câmara Municipal vendeu a sua propriedade[5].

Também a propriedade das Caiadas, na Ribeira dos Moinhos, é referida nos Livros das Vereações[6], e nos Livros das Arrematações[7]. Era uma propriedade dividida entre a Câmara e a Santa Casa da Misericórdia de Sines. Cada instituição era detentora do domínio directo de metade da propriedade. A sua exploração era arrematada pela Câmara durante três anos a quem fizesse a melhor oferta, e as instituições repartiam o

---

[3] Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Vereações, livro 4, fl. 139v-140v, 26 de Março de 1707.
[4] Arquivo Municipal de Sines. Câmara Municipal de Sines. Vereações, livro 14, fl. 109-109v, 22 de Maio de 1838.
[5] Arquivo Municipal de Sines. Notariado Privativo. Documentos de escrituras diversas de 1930-1936, maço 3, documentos 7 e 14.
[6] Arquivo Municipal de Sines. *Termo de Vereação.* Vereações, livro 8, fl. 109v-110v, 30 de Agosto de 1743.
[7] Por exemplo, Arquivo Municipal de Sines. Termo de arrematação da renda das terras das Caiadas da Misericórdia e Concelho durante 3 anos por 13000 reis a Francisco Rodrigues. *Livro das Arrematações,* n.º 4, 1804, Dezembro, 31, fl. 5.

produto da renda. Conhecessem-se contratos a partir da segunda metade do século XVIII.

A Santa Casa da Misericórdia, como já se viu, possuía propriedades na Ribeira dos Moinhos proveniente de legados testamentários. No século XIX a família Pidwell tornou-se foreira da Santa Casa e começou a usufruir do domínio útil da Quinta da Jardôa, da qual era foreira D. Isabel Ana Pidwell[8], mãe de Frank Pidwell.

No próximo número visitaremos a Ribeira dos Moinhos já no século XX.

Para saber mais:

AAVV- *Relatório sobre a cultura do arroz em Portugal e sua influencia na saúde publica*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1860. 123-127

Vaquinhas, Irene; Neto, Margarida – Agricultura e Mundo Rural: tradicionalismo e inovações Direcção de Luís Reis Torgal e João Lourenço Roque. História de Portugal. O Liberalismo (1807-1890). Lisboa: Editorial Estampa, 1998. PP.279-289.

[8] Arquivo Municipal de Sines. *Santa Casa da Misericórdia de Sines*. Tombo dos bens da Santa Casa da Misericórdia de Sines, registo 21.